

Memorando 8.123/2020

De: Camilla Walter - GAB - DJ

Para: GAB2

Data: 13/05/2020 às 10:55:48

Setores envolvidos:

GAB - DJ, GAB2

Projeto de Lei - Repasse ao Hospital

Prezado, encaminho ofício e PL para assinatura.

Att.,

—

Camilla Walter

Agente Administrativo

Prefeitura do Município de Canoinhas/SC

Departamento Jurídico

Telefone: (47) 3621-7707

PLANO DE TRABALHO EMENDA PARLAMENTAR

1- DADOS CADASTRAIS

CONVENENTE HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS				CGC/CNPJ 83.192.096/0001-64	
Endereço: Rua João da Cruz Kreiling, 1050				Bairro: Centro	
Cidade: Canoinhas	UF SC	CEP 89460-154	DD/Telefone 047-3621-7300	Inscrição no CMAS 15	
Conta Corrente: 1059-6		Banco: CAIXA	Agência: 0413	Praça de Pag. Canoinhas	
Nome do Responsável: Reinaldo de Lima Junior				CPF 988.224.629-04	
CI/Órgão Exp.		Cargo PRESIDENTE	Função CONTADOR	Matrícula	
Endereço: Rua Alfredo Sapucaia nº 85	Bairro Industrial 1	Cidade Canoinhas	CEP 89460-000	DDD/Telefone 3622-5048	

2- DESCRIÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Título do plano de trabalho

Realizar pagamento de fatura de energia elétrica, mensalidade do contrato de prestação de serviço, aquisição de insumos de higienização e lavanderia e aquisição de coletes de chumbo e chassis radiológicos para o Hospital Santa Cruz de Canoinhas.

Identificação do Objeto

- Realizar o pagamento de fatura de energia elétrica;
- Efetuar o pagamento de mensalidade do contrato de prestação de serviço (DIGIMAX e DOMIT);
- Adquirir insumos de lavanderia, higienização e Central de materiais estéril (CME) para limpeza e esterilização de materiais;
- Adquirir coletes de chumbo e chassi radiológico;

3- JUSTIFICATIVA DO PLANO DE TRABALHO

Hospital Santa Cruz de Canoinhas, considerado hospital geral de médio porte, que realiza atendimentos em média complexidade, disponibilizando 77 leitos para atendimento, 10 leitos na UTI, centro cirúrgico com 04 salas cirúrgicas, centro obstétrico com 02 salas de parto e uma sala de recuperação com 05 leitos, 203 colaboradores e um corpo clínico formado por 61 profissionais nas especialidades de Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Ortopedia e traumatologia, Obstetrícia e ginecologia, Pediatria, Cardiologia, Angiologia, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Anestesia, Radiologia, Neurocirurgia e Urologia. A média mensal de internamentos é de 450 (quatrocentos e cinquenta) paciente mês, sendo que deste total, em média 81% são usuários do Sistema Único de Saúde- SUS.

O Hospital Santa Cruz de Canoinhas, é a única casa hospitalar com porte médio no Município de Canoinhas e presta atendimentos médicos aos munícipes de Bela Vista do Toldo, Major Vieira, e outros municípios através de convênios da rede de Serviço Único de Saúde.

Destaca-se a importância do investimento por contribuir para que o atendimento ao paciente internado se torne mais ágil e efetivo. Na medicina, a agilidade nos procedimentos assistenciais conforme os protocolos de conduta podem salvar vidas. Isso vale desde o recebimento imediato de um medicamento, disponibilidades de prestadores de serviço, até a diminuição do tempo de intervenção nas situações em que o pronto atendimento é crucial.

Neste contexto, se faz necessário auxiliar o Hospital Santa Cruz de Canoinhas, a realizar o pagamento de fatura de energia elétrica, mensalidade do contrato de prestação de serviço (DIGIMAX e DOMIT), aquisição de insumos de higienização e lavanderia e aquisição de coletes de chumbo e chassi radiológico.

4- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Meta	Etap	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Un.	Qnt	Início	Término
1.	1.1	Realizar pagamento de fatura de energia elétrica, mensalidade do contrato de prestação de serviço, adquirir insumos de higienização e lavanderia e adquirir coletes de chumbo e chassi radiológico para o Hospital Santa Cruz de Canoinhas.			08/05/2020	08/05/2021

5- PLANO DE APLICAÇÃO

Natureza da Despesa		Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Total (R\$)
Código	Especificação			
	Realizar pagamento de fatura de energia elétrica, mensalidade do contrato de prestação de serviço, aquisição de insumos de higienização e lavanderia e aquisição de coletes de chumbo e chassi radiológico para o Hospital Santa Cruz de Canoinhas.		300.000,00	300.000,00
TOTAL GERAL				300.000,00

6- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

Concedente

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
-----	-----	-----	-----	-----	08/05/2020	-----
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

7- DEFERIMENTO SOLICITADO

Na qualidade de representante legal, peço deferimento ao que ora é solicitado para fins de desenvolver o presente Plano de Trabalho.

Canoinhas/SC 08 de maio de 2020

Hospital Santa Cruz
Rua João da Cruz Kraling, 1050
Canoinhas - Canoinhas - 89460-000
CNPJ 83.192.096/0001-64


Karin Adur
Procuradora HSCC

8- MANIFESTAÇÃO DO CONCEDENTE

Deferido

Canoinhas/SC___/___/2020

Indeferido

Canoinhas/SC___/___/2020

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R\$)	FUNCIONAL PROGRAMATICA
BA	CAMPO FORMOSO	MUNICIPIO DE CAMPO FORMOSO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000311071202000	300.000,00	27450012	300.000,00	1030250182E9000
CE	CARIRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARIRE	36000312807202000	100.000,00	20830012	100.000,00	1030250182E9000
CE	FORTALEZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000313252202000	200.000,00	41470006	200.000,00	1030250182E9000
CE	FORTALEZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000313453202000	200.000,00	39590001	200.000,00	1030250182E9000

CE	ITAPIOCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIOCA	36000312865202000	300.000,00	41470006	300.000,00	1030250182E90000
CE	OROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OROS	36000312956202000	500.000,00	27010002	500.000,00	1030250182E90000
CE	QUIXERE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUIXERE	36000312879202000	236.124,00	27020002	236.124,00	1030250182E90000
CE	RUSSAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RUSSAS	36000313007202000	400.000,00	27020002	400.000,00	1030250182E90000
GO	CASTELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASTELANDIA	36000310656202000	141.382,00	37040002	141.382,00	1030250182E90000
MA	BELA VISTA DO MARANHAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELA VISTA DO MARANHAO	36000310575202000	20.555,00	30460003	20.555,00	1030250182E90000
MG	ITAMBACURI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000314134202000	100.000,00	40290002	100.000,00	1030250182E90000
MT	NOBRES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000311394202000	125.000,00	25860002	125.000,00	1030250182E90000
PA	BRAGANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000312147202000	170.622,00	40490003	170.622,00	1030250182E90000
PA	MARAPANIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARAPANIM	36000302657202000	440.000,00	39370002	440.000,00	1030250182E90000
PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARNAUBEIRA DA PENHA	36000314624202000	32.084,00	37600009	32.084,00	1030250182E90000
RJ	BARRA DO PIRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO PIRAI	36000313584202000	1.000.000,00	41520004	1.000.000,00	1030250182E90000
RJ	SAO JOAO DE MERITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DE MERITI	36000311651202000	1.000.000,00	40260003	1.000.000,00	1030250182E90000
RJ	SAO PEDRO DA ALDEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000314125202000	600.000,00	38610008	600.000,00	1030250182E90000
RN	CEARA-MIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CEARA MIRIM	36000302554202000	200.038,00	39940002	200.038,00	1030250182E90000
RO	COLORADO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000312878202000	150.000,00	26330008	150.000,00	1030250182E90000
RO	ESPIGAO D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPIGAO DO OESTE (FMS)	36000311719202000	200.000,00	41490005	200.000,00	1030250182E90000
RO	ESPIGAO D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPIGAO DO OESTE (FMS)	36000314052202000	19.812,00	30960006	19.812,00	1030250182E90000
RS	BOM RETIRO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE BOM RETIRO DO SUL	36000313095202000	6.810,00	37930010	6.810,00	1030250182E90000
RS	ESTEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESTEIO	36000312046202000	300.000,00	36610024	300.000,00	1030250182E90000
SC	CANOINHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS	36000311091202000	300.000,00	39530004	300.000,00	1030250182E90000
SP	ADAMANTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ADAMANTINA	36000312858202000	100.000,00	39550002	100.000,00	1030250182E90000
SP	APIAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000314094202000	5.415,00	90890002	5.415,00	1030250182E90000
SP	CAMPINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINAS	36000311680202000	100.000,00	41260001	100.000,00	1030250182E90000
SP	CAMPO LIMPO PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPO LIMPO PAULISTA	36000313848202000	200.000,00	27990018	200.000,00	1030250182E90000
SP	CAPAO BONITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000311291202000	100.000,00	39550002	100.000,00	1030250182E90000
SP	GUARATINGUETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARATINGUETA	36000311048202000	100.000,00	15270021	100.000,00	1030250182E90000
SP	MOGI MIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000310506202000	50.000,00	90890002	50.000,00	1030250182E90000
SP	MOMBUCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000312695202000	50.000,00	90890002	50.000,00	1030250182E90000
SP	PINDAMONHANGABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINDAMONHANGABA	36000310458202000	100.000,00	90890002	100.000,00	1030250182E90000
SP	PINDAMONHANGABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINDAMONHANGABA	36000310463202000	102.200,00	41350002	102.200,00	1030250182E90000
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000311470202000	200.000,00	41270001	200.000,00	1030250182E90000
SP	RIO DAS PEDRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RIO DAS PEDRAS - SP	36000312684202000	50.000,00	90890002	50.000,00	1030250182E90000
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000312877202000	200.000,00	41270001 41270001	100.000,00 100.000,00	1030250182E90000 1030250182E90000
SP	TABAPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TABAPUA	36000313355202000	50.000,00	90890002	50.000,00	1030250182E90000
SP	UBATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBATUBA	36000314197202000	100.000,00	41270001	100.000,00	1030250182E90000

Assinado por 1 pessoa: GILBERTO DOS PASSOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 07EF-FB47-5685-D2A7



TOTAL	40 PROPOSTAS	8.550.042,00					
-------	--------------	--------------	--	--	--	--	--

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Ministério da Saúde

PORTARIA Nº 476, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Delega competência ao Diretor do Departamento de Logística em Saúde do Ministério da Saúde, para realizar requisição de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para saúde, durante a vigência da declaração de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere os incisos I e II, parágrafo único, art. 87 da Constituição, resolve:
Art. 1º Fica delegada competência ao Diretor do Departamento de Logística em Saúde, da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, para realizar requisição de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para saúde, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, nos termos do inciso XIII do caput do art. 15 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e § 7º do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.
Art. 2º A delegação vigorará enquanto perdurar o estado de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

PORTARIA Nº 488, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando o disposto no art. 40, § 5º, inciso II, da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde dos estados, Distrito Federal e municípios, no exercício de 2020.
Parágrafo único. Os recursos oriundos de emendas parlamentares de que trata esta Portaria poderão ser destinadas aos estados, Distrito Federal e municípios para:
I - incremento temporário dos Tetos de Média e Alta Complexidade - Teto MAC e do Piso de Atenção Básica - PAB, nos termos do Capítulo II;
II - financiamento do transporte de pacientes no âmbito do SAMU 192 e da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, nos termos do Capítulo III;
III - financiamento do transporte sanitário eletivo destinado ao deslocamento de usuários para realização de procedimentos de caráter eletivo, nos termos do Capítulo IV; e
IV - financiamento de ambulâncias de transporte tipo "A" destinadas à remoção simples e eletiva no âmbito do SUS, nos termos do Capítulo V.
Art. 2º A execução dos recursos de que trata esta Portaria deverá observar a legislação sobre execução orçamentária e financeira, devendo ser observados:
I - o disposto no art. 3º, § 2º, inciso I, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;
II - a vedação à aplicação de recursos oriundos de emendas individuais no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais relativas a ativos e inativos, com pensionistas e com encargos referentes ao serviço da dívida; e
III - os requisitos e limites estabelecidos nesta Portaria, que, uma vez não atendidos, configurarão impedimentos de ordem técnica à obrigatoriedade da execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares.
Art. 3º As orientações gerais sobre programas disponíveis e diretrizes do Ministério da Saúde para a aplicação das emendas parlamentares no exercício de 2020 constarão na Cartilha para Apresentação de Propostas no Ministério da Saúde 2020, que será disponibilizada no sítio www.portalfns.saude.gov.br.

CAPÍTULO II

DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS FINANCEIROS DE CUSTEIO QUE SE DESTINAM AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DOS TETOS DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA

Art. 4º A Secretaria de Atenção Primária à Saúde e a Secretaria de Atenção Especializada à Saúde disponibilizarão, no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde, os valores máximos que poderão ser adicionados temporariamente:
I - ao Piso da Atenção Básica de cada Município; e
II - aos recursos da Média e Alta Complexidade, devendo ser considerado:
a) o conjunto da produção das unidades públicas sob gestão do ente federado; ou
b) a produção do estabelecimento de saúde, no caso de entidade privada sem fins lucrativos.
Art. 5º Para a transferência dos recursos de que trata este Capítulo, serão adotados os seguintes procedimentos:
I - o gestor do fundo de saúde do Estado, do Distrito Federal ou do Município acessará o Sistema de Gerenciamento de Objetos e Propostas do Fundo Nacional de Saúde, disponível em www.portalfns.gov.br, e indicará como objeto o incremento temporário do Piso de Atenção Básica ou da Média e Alta Complexidade; e
II - caso o gestor do fundo de saúde do Estado, do Distrito Federal ou do Município tenha indicado como objeto o incremento temporário da Média e Alta Complexidade, deverá informar o número do CNES:
a) dos estabelecimentos de saúde, quando os recursos forem destinados a entidades privadas sem fins lucrativos; ou
b) da Secretaria de Saúde municipal ou estadual, quando os recursos forem destinados ao conjunto das unidades públicas sob gestão do ente federativo.

Parágrafo único. Na hipótese de o gestor do fundo de saúde não realizar a indicação, o saldo de recursos será devolvido ao parlamentar autor da emenda para nova indicação.

Art. 6º A aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica observará o valor máximo, por Município, de até 100% (cem por cento) da soma do valor total repassado ao Município no exercício de 2019 a título de Piso de Atenção Básica Fixo, Piso de Atenção Básica Variável e Agente Comunitário de Saúde.

§1º A não observância dos requisitos e limite previstos no caput configurará impedimento de ordem técnica à obrigatoriedade da execução orçamentária e financeira da emenda parlamentar.

§ 2º Os recursos de que trata este artigo serão aplicados na manutenção de unidades de atenção básica à saúde, para desenvolvimento de ações e serviços relacionados à atenção primária, e especialmente, nas ações que contribuam para o alcance de desempenho dos indicadores do Previnir Brasil, a exemplo de iniciativas como a contratação de serviços para informatização, e que custeiem a estrutura necessária para o alcance dos indicadores de desempenho.

Art. 7º A aplicação das emendas parlamentares para o incremento temporário do Teto da Média e Alta Complexidade será destinada ao:

I - custeio de unidades públicas sob gestão de Estados, Distrito Federal e Municípios, devendo o recurso ser destinado, pelo conjunto das emendas parlamentares, para o conjunto de estabelecimentos de saúde cadastrados no Sistema do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde - SCNES, limitado em até 100% (cem por cento) da produção total aprovada na média e alta complexidade dessas unidades no exercício de 2019, segundo sistemas de informações que compõem a base nacional de informações do SUS; e

II - custeio de unidades de propriedade ou gerenciadas por entidades privadas sem fins lucrativos contratadas, conveniadas ou com instrumento congênere firmado com o ente beneficiado, devendo o recurso ser destinado, pelo conjunto das emendas parlamentares, para cada estabelecimento de saúde cadastrado no SCNES, limitado em até 100% (cem por cento) da produção aprovada na média e alta complexidade da unidade no exercício de 2019, segundo sistemas de informações que compõem a base nacional de informações do SUS.

§ 1º A não observância dos requisitos e limites previstos nos incisos do caput configurará impedimento de ordem técnica à obrigatoriedade da execução orçamentária e financeira da emenda parlamentar.

§ 2º Os recursos de que trata o inciso I do caput serão aplicados na manutenção das unidades públicas sob gestão do ente federativo, devendo ser dirigidos às ações e serviços relativos à atenção em média e alta complexidade.

§ 3º Para a transferência dos recursos previstos no inciso II do caput, o gestor local do SUS deverá observar a necessidade de contrato, convênio ou instrumento congênere com o ente federativo, nos termos do parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, cujo valor englobe a totalidade dos recursos a serem repassados para o desenvolvimento de ações e serviços relativos à atenção de média e alta complexidade para cumprimento de metas.

§ 4º Os Municípios quando participantes de Consórcio Público Municipal de Saúde poderão destinar os recursos oriundos de emenda parlamentar de incremento MAC para a remuneração de produção de serviços vinculados ao respectivo consórcio.

Art. 8º Os contratos, convênios ou instrumentos congêneres, ou os aditivos aos instrumentos já existentes, de que trata o § 3º do art. 7º deverão considerar o caráter temporário dos recursos financeiros a serem transferidos, para o estabelecimento de compromissos e metas que não ocasionem ampliação permanente dos recursos repassados à entidade privada sem fins lucrativos contratada.

§ 1º Para fins do disposto no caput e no § 3º do art. 7º, as metas a serem definidas deverão ser quantitativas ou qualitativas.

§ 2º As metas quantitativas poderão englobar, dentre outros, o excedente de produção previamente autorizado e o atendimento a necessidades pontuais como a redução da fila da regulação.

§ 3º As metas qualitativas poderão considerar, dentre outros, o aperfeiçoamento de práticas e condições de funcionamento das unidades, como implantação de protocolo de risco, adoção de políticas de humanização e de adequação da ambiência e o tempo médio de realização de procedimento hospitalar.

Art. 9º As emendas parlamentares de que trata este Capítulo serão realizadas:

I - no caso do art. 6º, na Modalidade de Aplicação 41, na GND 3 e na ação orçamentária 2E89 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas; e

II - no caso do art. 7º, nas Modalidades de Aplicação 31 (trinta e um) e 41 (quarenta e um), no Grupo de Natureza de Despesa - GND 3 e na ação orçamentária 2E90 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este Capítulo serão transferidos, nos termos dos § 9º e § 16 do art. 166 da Constituição, em até seis parcelas, a contar da data de publicação do ato específico do Ministro de Estado da Saúde que habilitar o ente federativo ao recebimento do recurso financeiro.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS FINANCEIROS DE INVESTIMENTO PARA FINANCIAMENTO DO TRANSPORTE DE PACIENTES NO ÂMBITO DO SAMU 192 E DA REDE DE CUIDADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Art. 10 O financiamento de veículos para o transporte de pacientes no Programa SAMU 192 e para o transporte sanitário adaptado no âmbito da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência deverá ser realizado por meio do acesso do gestor do fundo de saúde estadual, municipal ou do Distrito Federal ao Sistema de Gerenciamento e Cadastro de Propostas do Fundo Nacional de Saúde, após a indicação parlamentar.

§ 1º O gestor do fundo de saúde estadual, municipal ou do Distrito Federal informará o quantitativo de veículos necessários por CNES, conforme o volume de recursos alocados pelo parlamentar.

§ 2º O quantitativo máximo de veículos por município, Estado, Distrito Federal ou por CNES será o estabelecido pela área técnica conforme o disposto nos arts. 11 e 12.

§ 3º O parlamentar, em sua indicação, deverá observar o preço sugerido no SIGEM para aquisição do veículo, indicando recursos suficientes.

§ 4º Será publicada portaria informando o CNPJ do fundo beneficiado, município, CNES, tipo e quantitativo de veículos, número da emenda e valor, cuja contratação está autorizada devido ao aporte de recursos oriundos de emendas parlamentares com execução autorizada pelos órgãos competentes.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Presidente da República

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE

Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO

Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA

Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br

ouvidoria@in.gov.br

SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF

CNPJ: 04196645/0001-00

Fone: (61) 3441-9450

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 06022020032300002

2

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Assinado por 1 pessoa: GILBERTO DOS PASSOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 07EF-FB47-5685-D2A7

Consulta

Detalhar Proposta FAF - FNS

Dados da Entidade

UF

SC

Município

CANOINHAS

Entidade

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

CNPJ

11.206.680/0001-10

Dados da Proposta

Nº Proposta

36000.311091/2020-00

Tipo de Proposta

INCREMENTO MAC

Ano Proposta

2020

Valor da Proposta

R\$ 300.000,00

Nº Portaria

675

Data Portaria

03/04/2020

Valor total de Empenho

R\$ 300.000,00

Valor a Pagar

R\$ 0,00

Dados da Situação da Proposta

Situação Atual da Proposta

SOLICITADO PAGAMENTO FNS

Data da última Atualização da Proposta

30/04/2020

Assinado por 1 pessoa: GILBERTO DOS PASSOS

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 07EF-FB47-5685-D2A7



Dados do Parlamentar

Partido	Nome Parlamentar	Nº da Emenda	Ano	Valor da Emenda
PSD	DARCI DE MATOS	39530004	2020	R\$ 300.000,00

Dados do Pagamento

Parcela	Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Pagamento Acumulado	Ordem Bancária	Nº Processo Pgto	Localização do Processo Pgto	Motivo Rejeição
Única	30/04/2020	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	2020OB808742	25000.058447/2020-51	CGEOFC em 30/04/2020 12:24	

